

---

# APRESENTAÇÃO

Este livro reúne textos que apresentam uma descrição de fenômenos da língua portuguesa sob diferentes perspectivas teóricas da ciência da linguagem. Embora alguns dos textos aqui expostos se distingam pelo arcabouço teórico adotado, é possível perceber que todos convergem para um objetivo comum: o de mostrar/explicar, com base em um dado fenômeno linguístico, como pode ser evidenciada a relação entre língua e sociedade.

A interação entre essas duas entidades, ainda que tão propalada por estudiosos e pensadores de diferentes épocas e áreas do saber, nem sempre foi enfatizada ou compreendida com a obviedade que, hoje, as ciências da linguagem lhe atribuem. Sabemos que toda *língua* tem por função primordial facultar a comunicação entre os seres viventes e, por meio desse vínculo linguístico, refletir a identidade dos grupos que a utilizam, de modo que o seu estudo, em uma dimensão social, permite-nos compreender melhor como, por que e em quais situações sociocomunicativas determinados processos linguísticos ocorrem. Em outras palavras, conhecer o contexto sócio-histórico-cultural-pragmático-discursivo em que determinados usos se constroem e se consolidam (ou não) possibilita-nos, em certa medida, entender possíveis variações e mudanças linguísticas experimentadas por uma dada sociedade como resultado de um

processo dinâmico, natural e contínuo, que reflete não apenas as transformações dos grupos sociais que empregam ou empregaram essa língua e suas variedades no devir do tempo, como também possíveis características linguageiras dos sujeitos que delas fazem uso.

Nesse sentido, uma língua é vista como uma entidade não autônoma, situada e integrada a sua sócio-história, uma vez que sua força simbólica se constrói a partir da força do grupo social que a produziu ao longo da sua formação e do que se estabeleceu como norma característica desse grupo. As diferentes classes que compõem tal tecido social são também representadas pelos usos linguísticos de seus integrantes, que tanto podem se reconhecer, como podem se discriminar, por não entenderem ou por não respeitarem as possíveis e esperadas diferenças que as constituem. Nesse último caso, tem-se aquilo que se conhece como preconceito linguístico, comportamento característico de quem estabelece valorações hierárquicas para os usos de uma língua, pautadas em uma tradição gramatical ou gramaticeira e, portanto, reducionista sobre a diversidade linguística e sobre a natureza heterogênea, multifacetada da comunicação humana, que, por ser inevitavelmente plural, complexa, sistêmica, engloba fatores multivariacionais, multidimensionais e multiculturais.

Assim sendo, estudar a língua portuguesa e a sua imbricação com a sociedade brasileira ultrapassa o exclusivo conhecimento dos seus componentes fonético-fonológicos, morfossintáticos, semântico-lexicais, pragmático-discursivos ou histórico-culturais, uma vez que, ao entendê-la como um construto que engloba tudo isso, passamos a ter uma compreensão holística e, portanto, interdisciplinar dos fenômenos linguísticos que se manifestam seja na oralidade, seja na escrita, seja no pensamento, e cuja explicação pode ser dada recorrendo-se a diferentes perspectivas teóricas que, antes de se oporem, complementam-se, evidenciando uma visível convergência de conhecimentos acerca de um mesmo objeto de estudo: a linguagem.

Com esta coletânea, apresentamos uma série de estudos, preliminares ou concluídos por pesquisadores(as) de diferentes instituições acadêmicas brasileiras, incluindo-se orientadores(as) e alunos egressos do Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL-UNEB), que enfocam a relação entre linguagem e sociedade, sob diferentes perspectivas e vertentes teóricas, a saber: Sociolinguística (capítulos 1 a 4), Estudos Lexicais (capítulos 5 e 6), Semântica Cognitiva (capítulo 7), Linguística Cognitiva (capítulo 8), Socioterminologia Diacrônica (Capítulo 9), Linguística Histórica (Capítulo 10), Discurso e Argumentação (Capítulo 11) e Funcionalismo Norte-americano

(Capítulo 12). Essas orientações teóricas e os pressupostos assumidos pelos(as) autores(as) são o embasamento para a compreensão e discussão da relação entre língua e sociedade nos capítulos que descrevem os seguintes objetos linguísticos: concordância nominal, formas pronominais de tratamento, usos de superlativo, palatalização das consoantes /t/ e /d/, processos de nomeação, topônimos e sua motivação, estratégias argumentativas e gramaticalização de *onde*. Em relação a esses objetos linguísticos, os capítulos, como veremos a seguir, apresentam discussões, ora de ordem mais teórica, ora de natureza mais empírica.

No texto *A concordância em comunidades afrodescendentes na Bahia: a relação do fenômeno com a estrutura linguística e questões sociais*, Aline de Sousa Resende e Norma da Silva Lopes descrevem a variação na realização de marcas de plural no sintagma nominal na fala de duas comunidades afrodescendentes (Jatimane e Laranjeiras) com o intuito de identificarem os condicionadores da realização da variante padrão de concordância. Em relação aos dados analisados, as autoras mostram que a variável linguística saliência fônica atua na escolha da variante de concordância nominal de número nas comunidades estudadas e ratificam as restrições já identificadas por Scherre (1988), Andrade (2003) e por Lopes (2001), demonstrando que alguns condicionamentos estruturais da aplicação da regra de concordância não são diferentes nas diversas regiões, sendo, de certa forma, uniformes no português do Brasil. Na análise das variáveis sociais, notam que há grande semelhança entre as comunidades estudadas e a comunidade de Helvécia, também afrodescendente, e uma grande diferença entre essas comunidades e os centros urbanos, como Salvador e Rio de Janeiro. Com base nesses resultados, concluem que os condicionamentos não podem ser os mesmos em todas as comunidades, pois resultam de dados sócio-históricos que as diferenciam.

Em *As formas pronominais de tratamento na fala popular de Amargosa*, Lorena Cristina Ribeiro Nascimento e Marcela Moura Torres Paim apresentam os fatores condicionantes na escolha de *tu* e *você* na fala popular do município baiano estudado. Mostram que, já na segunda metade do século XX, os pronomes pessoais no português do Brasil têm sido objeto de discussão e analisados por diversos pesquisadores, enfatizando desde a utilização dos pronomes em áreas geográficas específicas a tentativas de alcançar resultados de caráter nacional, como propõe Cardoso (2017). No que se refere ao estado da Bahia, as pesquisadoras evidenciam que estudos apontam a variação *tu/você* como marcados pela diatopia, revelando o uso do pronome *tu* na capital baiana (Salvador), mas com a

frequência no uso mais presente no português falado do interior do estado, como observado na fala de Amargosa, conforme expõe Nascimento (2017).

No texto *Diversidade e gênero social no português: uma análise sociolinguística do superlativo na fala de homens gays*, Rafael de Almeida Arruda Felix e Angélica Rodrigues discutem a relação entre língua, identidade de gênero e sexualidade com o intuito de esclarecerem se o uso do superlativo configura um traço linguístico dos homens gays ou se seria uma forma estereotipada de se referir à fala de homens que compartilham a característica de ser *gay*. Para tanto, utilizam, como amostra, entrevistas sociolinguísticas extraídas de um banco de dados de fala de 24 informantes do sexo masculino que se autoidentificam como *gays*, oriundos da cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Os autores mostram que não são todos os adjetivos utilizados por homens *gays* que aparecem na derivação de grau superlativo: os resultados obtidos na análise, mesmo contando com uma quantidade de dados bastante robusta, não permitem afirmar que o uso do superlativo absoluto sintético tem se mostrado uma característica da fala de homens *gays* na dimensão em que sugerem os estereótipos.

Em *Panorama da palatalização em Sergipe*, Raquel Meister Ko. Freitag, Antônio Félix de Souza Neto e Thais Regina Andrade Corrêa descrevem o estado da variação entre as realizações oclusivas e palatais de /t/ e /d/ em ambiente regressivo (como em *tia*, *dia*) e progressivo (como em *oito* e *doido*). Considerando que a palatalização é um fenômeno variável que atua como diferenciador dialetal e social no Brasil, os autores sistematizam os estudos sobre este fenômeno no estado de Sergipe, que passa por um processo de implementação da variante palatal no ambiente regressivo e implementação da realização oclusiva no ambiente progressivo. Mostram que as pesquisas têm sido realizadas sob a perspectiva da produção ou da percepção linguística, em estudos de tempo real ou tempo aparente e têm considerado a dimensão estrutural, social e psicológica do fenômeno. Observam ainda que os trabalhos sobre a variação nas realizações de /t/ e /d/ em Sergipe permitem identificar tanto o valor social da variável nos diferentes grupos identitários da comunidade, assim como as características sociais de quem faz uso de cada uma das variantes e em que contextos.

No texto *Filologia e onomástica: o que dizem as fontes sobre os processos de nomeação no contexto da Bahia colonial*, Norma Suely da Silva Pereira e Eliana Correia Brandão Gonçalves discorrem sobre a importância do estudo de fontes primárias para o conhecimento dos processos de nomeação antroponímicos e toponímicos no contexto da Bahia Colonial. Consideram que, a partir da leitura e edição de documentos sobre a Bahia Colonial, é possível discutir

a relevância do estudo do léxico onomástico, que trata do estudo dos nomes próprios, e evidenciar, a partir da ação de nomear, papéis sociais e culturais que os grupos desenvolvem ao longo das eras, nas diferentes configurações sociais, os quais são revelados por meio de registros linguísticos diversos. Para as autoras, a edição e o estudo do léxico, constantes de documentos notariais baianos, permitem o resgate e a reconstrução da memória das comunidades, que vão sendo demonstrados por meio da aplicação de arcabouço teórico e metodológico transdisciplinar, tomando como ponto de partida a Filologia e a Onomástica, o que possibilita o conhecimento da procedência desse léxico, das práticas culturais envolvidas nesses contextos de nomeação e das relações que tais usos estabelecem com o presente.

Em *A motivação toponímica dos nomes das ruas de Cachoeira-BA*, Raquel Fontes Santana e Maria da Conceição Reis Teixeira apresentam um estudo sobre a toponímia urbana, pautando-se em fatores linguísticos. Para isso, empreendem uma análise dos nomes das ruas que integram a zona do Caquende, primeiro núcleo de povoamento de Cachoeira-BA, e categorizam os topônimos da amostra estudada conforme o modelo de classificação taxionômico proposto por Dick (1990; 1992), que são apresentados por elas em fichas lexicográficas toponímicas. As autoras destacam, também, que a prática da nomeação dos espaços pelo homem é motivada e, por esta razão, acreditam que o estudo toponímico pode revelar muito sobre a língua, a cultura e a sociedade daqueles que nominam os espaços à sua volta, pois é através da nomeação dos topos que um lugar é simbolicamente transformado em um espaço carregado da memória dos seus habitantes e revelador das relações que estes estabelecem com o mundo circundante.

Com foco na interface entre linguagem, sociedade, história, cultura e cognição, encontram-se os próximos três textos da coletânea. Em *A Semântica cognitiva sócio-histórico-cultural: algumas questões epistemológicas*, A. Ariadne Domingues Almeida e Neila Maria Oliveira Santana objetivam discutir como a semântica em Linguística Cognitiva pode ser concebida, considerando a simbiose entre as dimensões social, histórica, cultural, além da dimensão cognitiva, de modo a tratá-la, a partir de uma abordagem holística, compreendendo que seu objeto de estudo, o significado, não pode ser dissociado dessas diferentes dimensões da vida humana, já que é perspectivista, flexível, dinâmico, sendo construído nas variadas interações das quais o ser humano participa no devir da sua vida. Além disso, as referidas autoras fazem uma discussão acerca de algumas dificuldades encontradas para composição de *corpora* em estudos semântico-cognitivos sócio-histórico-culturais, procurando demonstrar que dificuldades,

como delimitação da amostra, podem ser sanadas se entendermos a linguagem como fractal e se adotada a técnica da saturação, já utilizada em outras áreas do conhecimento, como Administração e Saúde, e testada por Santana (2019), no âmbito do estudo do significado em Linguística Cognitiva.

Em *A evolução do ato comunicativo em tempos de internet: uma visão ecológica*, Paulo Henrique Duque e Eduardo Alves da Silva discutem sobre as consequências dos muitos modos de articulação que a sociedade tecnológica atual promove no ato da comunicação, o que envolve articulações de ordem social, cultural e pragmática. Consideram que tal ato está ligado, antes de mais nada, à interação entre os seres humanos, suas obras, predileções, anseios, intersubjetividades, a seus corpos, mentes e ao próprio mundo em que vivemos. Ao longo do texto, destacam que o advento da revolução tecnológica nascida da chamada “sociedade da informação” transformou o aparato eletrônico de uso ferramental para parte integrante da prática comunicativa. Consideram que as redes sociais, os serviços de *streaming*, o uso do computador e videogames parecem estar em consonância, cada vez mais frequente, ao ato da comunicação entre as pessoas. Essa perspectiva influi não apenas o *modus operandi* de como pensamos e praticamos a linguagem, mas influi, ainda da mesma maneira, em como nossos corpos e mentes reagem e evoluem ao uso da tecnologia na sociedade, que tem como único fim comum: o inter-relacionamento comunicativo entre as pessoas.

Na sequência, ainda trazendo a interface mencionada e mostrando, também, a interrelação entre sociolinguística, léxico, semântica e história, o texto intitulado *Linguística Forense em diacronia: apontamentos terminométricos da variação defloramento/estupro no Sergipe oitocentista*, Sandro Marcio Drummond Alves Marengo, Natália Larizza Sanches de Souza e Mariana Augusta da Conceição Fonseca estudam a linguagem usada nos mais diversos tipos de interações dentro do contexto jurídico, em uma abordagem diacrônico-sistemática. O *corpus* é constituído de três processos-crime de defloramento do século XIX, da cidade de Aracaju, estado de Sergipe e o objetivo é apresentar um mapeamento descritivo e quantitativo em tempo real de longa duração da circulação das variantes *estupro/defloramento*, com vistas ao entendimento do fenômeno de variação/mudança léxico-semântica. Para tanto, os autores levam em consideração os usos por agentes especializados da interação (aqueles que têm formação jurídica, como juizes, advogados e promotores de justiça), por agentes semiespecializados (que não têm formação jurídica, mas convivem com grande frequência com os conceitos especializados, como os escrivães e tabeliães/notários) e por agentes não-especializados (aqueles que não têm formação jurídica e

que trazem conformações conceituais dos termos a partir do empirismo, como a ofendida e as testemunhas no processo). Os autores consideram que a proposta terminométrica auxilia no entendimento de como os usos e significados de *estupro/defloramento* se constroem e são construídos, significam e são significados em diferentes segmentos sociais em Aracaju de fins do século XIX.

Em *Cartas de sisal (Bahia): uma análise sociopragmática do sistema de tratamento*, Elane Santos e Santos, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro apresentam uma análise do sistema de tratamento na posição de sujeito em uma documentação epistolar baiana cujos remetentes são redatores semialfabetizados. Explicam que as cartas de Sisal, editadas por Santiago (2012), foram escritas entre 1906 e 2000; são 91 cartas pessoais, produzidas por 43 remetentes em fase incipiente de aquisição da escrita, oriundos da zona rural dos municípios de Riachão de Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Analisam os dados obtidos das cartas de Sisal de acordo com os princípios da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994), com apoio do software *Goldvarb X*. O estudo também considera a relação entre os missivistas, fundamentando-se na teoria da polidez, aliada à dicotomia entre poder e solidariedade, numa análise de natureza sociopragmática.

Em *Estratégias argumentativas no Instagram: análise de 3 publicações no perfil de uma empresa do segmento de saúde e estética*, Alessandra Lopes Fontoura e Gilberto Nazareno Teles Sobral analisam as estratégias argumentativas presentes em três anúncios publicitários de uma empresa do segmento de estética atuante no mercado soteropolitano, publicados no aplicativo *Instagram*. Além dos argumentos presentes, verificaram também o uso de cores que visam transmitir solidez e confiabilidade, tão importantes num processo argumentativo, o que permitiu associar o uso desses elementos a uma necessidade do segmento de minimizar a desconfiança ainda apresentada por parte do auditório acerca da eficácia dos serviços oferecidos.

Por último, em *Usos de onde na escrita: multifuncionalidade, abstratização semântica e gramaticalização*, Ilana Guimarães de Souza e Cristina dos Santos Carvalho analisam os usos - gramaticalizados ou não - de *onde* na modalidade escrita do português brasileiro. Para tanto, norteiam-se por pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico norte-americano, sobretudo aqueles referentes à abordagem da gramaticalização. Baseando-se nos resultados de Souza (2018), as autoras explicam os usos de *onde* em redações de vestibular tendo em vista trajetórias de mudança de deslizamentos semânticos postuladas para o processo de gramaticalização. Corroborando resultados de outros trabalhos (COELHO,

2001; SOUZA, 2003; LIMA; COROA, 2013, entre outros), atestam, em dados de escrita, a multifuncionalidade de *onde* quanto aos seus valores semânticos (espaço físico, espaço virtual ou abstrato, tempo, instrumental, objeto, pessoa, explicação/causa e resultado/consequência); tais valores semânticos podem ser instanciados pelo *onde* representando distintas categorias gramaticais (pronomes relativos, pronomes ou advérbios interrogativos, advérbios relativos e conjunções). Por fim, as autoras evidenciam que, embora a maior parte dos usos encontrados ilustre gramaticalização, abstratização dos sentidos e mudança categorial de *onde*, há usos (os que expressam pessoa e objeto) que constituem contraexemplos da trajetória de abstratização semântica e, por conseguinte, do princípio da unidirecionalidade.

Consideramos que as reflexões aqui apresentadas precisam ser compartilhadas/socializadas com professores e alunos de graduação e de pós-graduação das áreas de Letras e Linguística e áreas afins. Fazemos-lhes, então, um convite a uma interação com os textos desta coletânea e desejamos-lhes uma boa leitura.

*As Organizadoras*